DOI: **10.22478/ancora.v5n1p97-110**

MÍDIA NINJA, JORNALISMO CIDADÃO *ONLINE* E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISTA NO BRASIL

MÍDIA NINJA, ONLINE CITIZEN JOURNALISM AND THE PROFESSIONALIZATION OF JOURNALISM IN BRAZIL

Juliana Bulhões Alberto DANTAS[1]
Universidade de Brasilia | Brasil
Priscila Dallva de Oliveira FALCÃO[2]
Queen's University | Canadá

EIXO TEMÁTICO

Resumo

A Mídia Ninja, criada em 2013, é um coletivo de comunicadores que produz conteúdo jornalístico cidadão utilizando exclusivamente plataformas *online*. Refletir sobre o surgimento e a popularização do grupo no contexto da atual fase da profissionalização do jornalismo no Brasil é nosso principal objetivo com a investigação. Para a realização desse estudo de caso, traçamos uma linha histórica sobre o jornalismo profissional no Brasil; tratamos do contexto de surgimento do coletivo e suas características, trazendo aproximações ao termo jornalismo cidadão *online*; por fim, chegamos à conclusão que a Mídia Ninja, além de ser fruto da realidade digital, nasce, se populariza e desenvolve suas narrativas em um complexo contexto do mercado de trabalho jornalístico, sobre o qual discutimos no decorrer do trabalho.

Palavras-chave

Narrativas jornalísticas; Mídia Ninja; Movimento Social; Profissionalização do Jornalismo; Jornalismo Cidadão *Online*.

Abstract

The Mídia Ninja, created in 2013, is a collective of communicators who produces citizen journalistic content using exclusively *online* platforms. Reflecting on the emergence and popularization of the Mídia Ninja group in the context of the current professionalization of journalism will be our main objective with this research. For the accomplishment of this case study, we draw a historical line on professional journalism in Brazil; we deal with the context of the emergence of the collective and its characteristics, bringing approximations with the term *online* citizen journalism. Nevertheless, we reach the conclusion that the Mídia Ninja groups, besides being a product of our digital era, it is born, popularized and developed by using narratives in a complex context though the journalistic field - topic that we will also discussed throughout this paper.

Keywords

Journalistic narratives; Mídia Ninja, Social Movement; Professionalization of Journalism; Citizen Journalism *Online*.

RECEBIDO EM 21 DE MARÇO DE 2018
ACEITO EM 16 DE MAIO DE 2018

[1]Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade de Brasília, linha Jornalismo e Sociedade. Mestra em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, jornalista e radialista pela mesma instituição. Email: julianabulhoes.ad@gmail.com.
[2]Mestranda em Estudos Culturais pelo Departamento de Filme e Mídia da Queen's University, Kingston, Canadá. Publicitária pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: pri_dallva@hotmail.com.

Introdução

O coletivo Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, mais conhecido como Mídia Ninja, foi fundado oficialmente no ano de 2013, durante o Fórum Mundial de Mídia realizado na Tunísia. Como seu nome sugere, o grupo tem como proposta produzir narrativas com foco no jornalismo cidadão, diferenciando-se da mídia tradicional hegemônica tanto na forma de produzir e veicular informações, quanto em relação às linhas editoriais.

As narrativas da Mídia Ninja, que para Motta (2007, p. 01) "são dispositivos argumentativos que utilizamos em nossos jogos de linguagem", são veiculadas no meio digital. Apesar de já ter sido objeto de estudo de inúmeras investigações (WALTZ, 2016; MAIA, 2016; BITTENCOURT, 2015; MARTINEZ; PERSICHETTI, 2015; OTHON; BOLSHAW, 2014; MALINI et al, 2014; VIEIRA, 2014), temos como objetivo principal da pesquisa refletir sobre a Mídia Ninja no contexto da profissionalização do jornalismo no Brasil.

Trata-se de uma pesquisa exploratória com base em pesquisa bibliográfica e em um estudo de caso sobre o movimento social Mídia Ninja no contexto da profissionalização do jornalismo no Brasil. De acordo com Gil (2008), realizar uma pesquisa desse tipo proporciona uma visão geral do objeto de estudo e é útil "especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis" (GIL, 2008, p. 43). Também se aplica o estudo de caso, método designado quando se visa obter um conhecimento amplificado acerca de um objeto de estudo, pois visamos "descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação" (GIL, 2008, p. 72).

Para a realização desse estudo de caso, traçamos uma linha histórica sobre o jornalismo profissional no Brasil, resgatando características desde o princípio do ofício, que data da chegada da coroa portuguesa no país, passando pelas suas principais regulamentações até chegar à fase atual de não obrigatoriedade do diploma, que dura de 2009 até os dias atuais. Em seguida, falamos do contexto do surgimento do coletivo e de suas características, trazendo aproximações ao termo jornalismo cidadão *online*. Por fim, traçamos conclusões com relação ao objeto de estudo.

Jornalismo no Brasil: de ofício secundário a profissão regulamentada

Para compreendermos aspectos da profissão de jornalista no Brasil, precisamos entender como era visto o ofício antes da profissionalização. Estabelecemos como marco inicial da imprensa brasileira o ano de 1808, quando foram publicadas as primeiras edições do Correio Braziliense e da Gazeta do Rio de Janeiro, jornais com públicos restritos tendo em vista o analfabetismo quase absoluto dos habitantes do país, que na época era ainda colônia de Portugal (HOHLFELDT, 2008).

Até então, ser jornalista era uma ocupação secundária, provisória, realizada para aumentar a renda, além de ser um meio para alcançar posições em outras esferas. A imprensa no Brasil era composta basicamente por panfletagem relacionada a lutas políticas e questões sociais, em contextos como o da independência e da proclamação da República. Segundo Petrarca (2005, p. 02), "nesse período os jornais eram fundados principalmente por escritores, padres, ex-militares, personagens políticos e revolucionários vinculados aos movimentos sociais e políticos do momento".

Na segunda metade do século XIX, a imprensa descaracteriza-se como totalmente política e passa a ser também literária; nesta época, ser jornalista era compatível com o status de ser escritor. A figura do repórter surgiu em meio à cobertura da guerra de Canudos, em 1897; este acontecimento consolida essa função jornalística e a reportagem em si (PETRARCA, 2005).

Na passagem do século XIX para o XX, os jornais começaram a tornar-se empresas jornalísticas de fato, com equipamento gráfico, aumento de tiragem, ampliação dos espaços para anúncios e valorização das entrevistas, reportagens e notícias, além do surgimento dos postos de editor, caricaturista e ilustrador. Assim, o ofício de jornalista foi deixando de ser secundário.

Em 1938 foi criada pelo governo Getúlio Vargas e pelos sindicatos de jornalistas de São Paulo e do Rio de Janeiro a primeira legislação sobre a profissão, o Decreto-Lei nº 910 de 30 de novembro de 1938. Em 1947, portanto nove anos após a primeira legislação instituir a criação das escolas de Jornalismo, foi aberta a primeira turma na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, apontada como a pioneira no país, apesar dos

indícios de que houve outras iniciativas anteriormente (HIME, 2004; MOURA, 2002).

O período de governos do regime militar brasileiro, que durou de 1964 a 1985 (BRASIL ESCOLA, 2017), impactou o Jornalismo em diversas searas. A partir do golpe militar de 1964 houve uma maior interação entre a imprensa e a política governamental, inclusive em termos de investimento estatal. Em 1967 foi sancionada a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regulava a liberdade de manifestação de pensamento e de informação.

Também conhecida como Lei de Imprensa, essa legislação foi utilizada pelo governo militar como instrumento de repressão à liberdade de imprensa e impedia o trabalho jornalístico no país. Vale ressaltar que em 2009 o Supremo Tribunal Federal revogou a Lei de Imprensa, uma das únicas legislações da época da ditadura que ainda estavam em vigor naquele ano. Mais de quatro décadas após sua publicação, ela "foi compreendida como elemento limitador da liberdade de expressão assegurada na Constituição" (MELO; COUTINHO, 2009, p. 202).

Apesar de todos os decretos já publicados, o Jornalismo tornou-se oficialmente uma profissão no Brasil em 1969, neste contexto de ditadura militar, com a publicação do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. Para Petrarca (2005, p. 14), o Decreto-Lei: "teve como uma das principais funções valorizar os cursos de jornalismo e impedir o exercício da profissão a pessoas que não eram formadas em cursos de nível superior". Ele foi complementado pelo Decreto-Lei nº 65.912, de 19 de dezembro de 1969.

A profissionalização passa a ser privilegiada e a efetivação da profissionalização torna-se um recurso diante do contexto de regime militar, tendo em vista que "a referência profissional constituiu uma forma dos intelectuais se organizarem como ator político capaz de, em nome de um conhecimento específico, remeter-se a uma racionalidade própria contra a tecnoburocracia do regime" (PETRARCA, 2005, p. 15).

Na década de 1980 a profissão de jornalista também foi marcada por modificações nos seus ambientes de trabalho. De acordo com Duarte (2011), a migração de jornalistas para áreas fora do mercado tradicional das redações se deu nessa época, quando se consolidavam as assessorias de imprensa no país. O autor relata que em 1993 o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal calculou em 50% os profissionais que atuavam em comunicação institucional.

Apesar de todos os esforços em busca da profissionalização, Petrarca (2005) acredita que este processo não está totalmente consolidado em função das ameaças à exigência do diploma que vinham sendo feitas há anos. Tais ameaças resultaram, no ano de 2009, na derrubada da exigência do diploma. O processo teve início em 2001, quando o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Sertesp) e o Ministério Público Federal (MPF) solicitaram que o governo deixasse de exigir o diploma, obrigatoriedade sustentada desde a legislação de 1969 (LOPES, 2013).

Vale ressaltar que, em meio a este processo do diploma, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) - representante da classe jornalística - estava à frente da criação do Conselho Federal de Jornalismo. A autarquia teria como função "defender o direito à livre informação plural, a liberdade de imprensa, a observância dos princípios éticos no exercício da profissão e o aperfeiçoamento do jornalismo" (FENAJ, 2017, p. 01), um projeto que existia desde 1965 e que, no entanto, não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Segundo Lopes (2013), esta era mais uma iniciativa no sentido da regulamentação da profissão de jornalista no país.

Em última instância, no ano de 2009 o Supremo Tribunal Federal decidiu pelo fim da obrigatoriedade, após quase uma década de processo judicial. Por oito votos favoráveis à derrubada e apenas um contra, os ministros acataram o pedido do Sertesp e do MPF. A polêmica envolveu outros atores sociais, além dos "patrões" (Sertesp) contra os "empregados" (representados pela Fenaj), instituições como a ABI, Repórteres Sem Fronteiras e o âmbito acadêmico (LOPES, 2013). Ainda no ano de 2009 foram registradas várias Propostas de Emenda à Constituição (PECs), sendo a mais divulgada a PEC 33/2009, que ficou conhecida como PEC dos jornalistas.

De acordo com Castro (2013, p. 13), "no dia 30 de novembro de 2011, portanto mais de dois anos depois da decisão do STF, o Senado colocou a PEC em votação em plenário, sendo ela aprovada em primeiro turno por 65 votos contra sete". A partir daí, deu-se origem à PEC 206/2012, ainda sem um desfecho.

No ano de 2014, a senadora Ângela Portela (PT-RR) apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 114, cujo objetivo é modificar a CLT para "conceder adicional de periculosidade aos profissionais da área de

jornalismo que exercerem a atividade em condições de risco e dá outras providências" (SENADO FEDERAL, 2014, p. 01); o processo também não foi finalizado.

Para Oliveira (2009), a exigência do diploma tem variados significados, pois em nossa sociedade o detentor de formação superior possui status diferenciado, um capital simbólico, mesmo que historicamente as oportunidades educacionais no país serem favoráveis às classes altas. A autora aponta que a exigência é um aspecto importante no processo de profissionalização dos jornalistas: "a posse de um título escolar específico foi associada à necessidade de 'dignificar' a profissão, sendo um mecanismo eficiente de capitalização de prestígio social para o grupo, isto é, de apropriação de vantagens simbólicas" (OLIVEIRA, 2009, p. 05).

A credencial acadêmica pode ser vista como uma justificativa ao monopólio do exercício da profissão, "o controle do direito de entrada e da autoridade para dizer quem está autorizado a dizer-se jornalista" (OLIVEIRA, 2009, p. 14). No contexto da identidade do jornalista profissional tal controle "passou a ter como princípio de organização a distinção entre jornalistas 'legítimos' - profissionais diplomados - e 'ilegítimos' - que não transitaram pelo caminho da formação universitária" (OLIVEIRA, 2009, p. 14).

Dias (2013) enfatiza que a flexibilidade da prática jornalística, principalmente com relação aos registros provisionados, oculta uma condição permanente de inúmeros profissionais. "Muitos jornalistas do interior do país recebem registros provisionados para o exercício da atividade até hoje, pois não dispõem de condições para cursar faculdades para a formalização do registro profissional" (DIAS, 2013, p. 77). Segundo o autor, após a ditadura militar houve a discussão da profissionalização não somente no âmbito do que é ou não profissional, mas sobre o limiar de onde se emprega o jornalista, se no ambiente jornalístico ou não.

Silveira (2010) aponta que a "queda do diploma" - como ficou conhecida popularmente a decisão - modificou a dinâmica do mercado jornalístico e foi negativa para a organização formal da profissão, que já sofria consequências das realidades precárias, o que dialoga com Dias (2013), que afirma que o processo de profissionalização da profissão de jornalista no Brasil ainda não se consolidou - sendo este último ponto também a visão de Petrarca (2005), pontos com os quais corroboramos.

O jornalismo pós "queda do diploma" e o surgimento da Mídia Ninja

O mercado jornalístico brasileiro oferece, de forma geral, más condições de trabalho desde os primórdios do ofício. Não queremos dizer que a profissão passou a ser precária com o fim da exigência do diploma, mas este fato ocorrido em 2009 inaugura uma nova fase do jornalismo profissional no país, etapa essa que enfatiza mais ainda a precarização.

Druck (2011) aponta seis tipos de precarização do trabalho no contexto brasileiro: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; intensificação do trabalho e terceirização; insegurança e saúde no trabalho; perda das identidades individual e coletiva; fragilização da organização dos trabalhadores; e a condenação e o descarte do Direito do Trabalho. Todos esses tipos podem ser associados à realidade do jornalista brasileiro.

Faz parte da vida laboral deste profissional ter longas, intensas e irregulares jornadas de trabalho, acumular funções (devido principalmente à popularização da tecnologia na última década), ter baixa remuneração e frágeis vínculos de trabalho. Além disso, são crescentes os casos de violência contra jornalistas - o Brasil figura como o país com o maior número de jornalistas mortos nas Américas (BBC, 2014) - e também há uma evidente diminuição da liberdade de imprensa (FENAJ, 2016).

Diante desse panorama, surgiu em 2013 o coletivo Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação (Mídia Ninja), se apresentando como comunicadores com uma forma alternativa de produzir informação e desmitificar o jornalismo. Fundado oficialmente durante o Fórum Mundial de Mídia realizado na Tunísia em 2013, o grupo é ligado ao Circuito Fora do Eixo, uma rede de produtores culturais (MÍDIA NINJA, 2017a). No site do grupo, eles definem a organização como:

> A Mídia NINJA é uma rede de comunicação livre, que se organiza por todo Brasil e pelo mundo, com milhares de participantes em diferentes níveis de envolvimento. Há integrantes com dedicação integral e exclusiva, que moram nas Casas Coletivas do Fora do Eixo e além de produzirem conteúdo, são os responsáveis pela gestão e sustentabilidade da Mídia NINJA. E há os colaboradores voluntários, fixos e pontuais, que contribuem com a rede de acordo com sua disponibilidade, atuando na produção – e em alguns casos, na edição de conteúdo (MÍDIA NINJA, 2017a, p. 01).

A forma com a qual o grupo aborda os fatos e notícias, seguindo um modelo de transmissão dos acontecimentos "sem corte e sem edição", ao vivo, direto das ruas, no qual o repórter assume o ponto de vista do manifestante, trouxe uma identidade ativista e cidadã para o "jornalismo ninja". Seu papel inicial foi promover shows e executar transmissões ao vivo de concertos e conferências, mas rapidamente mudou de perspectiva, passando a cobrir pautas relacionadas a movimentos sociais, eventos em comunidades e pequenos protestos que a mídia tradicional e hegemônica não tinha interesse.

Com transmissão dos fatos em tempo real, interação pelas redes sociais digitais e a promessa de uma pauta diferente da mídia hegemônica, a Mídia Ninja tem hoje um forte posicionamento político. Os protestos realizados nos últimos anos no Brasil, antes e após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (processo que foi de 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016), turbinaram a audiência do grupo deram visibilidade. Com relação à sua linha editorial, eles posicionam-se:

> A Mídia NINJA tem lado. Acreditamos que imparcialidade não existe, e por isso assumimos nosso lugar de fala a partir da defesa da democracia, da diversidade cultural e de um posicionamento editorial transparente e direto. Nossa editoria é coletiva e defende o interesse público, o direito à informação e ampla visibilidade de pautas e movimentos sociais ligados aos direitos humanos, comunicação, cultura, moradia, política, economia, meio ambiente, à causa indígena e outras agendas que dialogam com os desafios do século XXI (MÍDIA NINJA, 2017a, p. 01).

O coletivo é formado por jornalistas, políticos, ativistas sociais e pessoas de diversos segmentos da sociedade que atuam como colaboradores e colunistas, postando artigos no *site*, *Twitter* e *Facebook* (até o dia 11/07/2017 havia em sua página geral no Facebook mais de 1,5 milhão de seguidores), além da equipe editorial fixa, e está presente em centenas de cidades brasileiras e até fora do país. O trabalho é sem fins lucrativos, e com relação ao financiamento do projeto, que tem custos com equipamentos e estruturas físicas, eles definem-se autossustentáveis a partir da estrutura do movimento Fora do Eixo e de doações de pessoas físicas e organizações nacionais e internacionais.

Mas como a Mídia Ninja se encaixa na esfera jornalística? O grupo representa um modelo alternativo liderado por uma nova geração de

comunicadores autônomos que já não confiam nas notícias da mídia hegemônica. Para alguns, Mídia Ninja é também um jornalismo ativista, militante, capaz de romper o conformismo dos meios tradicionais, sendo o coletivo de mídia apto a revitalizar o jornalismo brasileiro.

O grupo se utiliza principalmente de *smartphones* para produzir suas transmissões, que são muitas vezes improvisadas, sem roteiros. Os "ninjas" compartilham seu conteúdo pelas redes sociais digitais e recebem respostas do seu público quase que instantaneamente. A visibilidade e o interesse que o grupo gerou também são evidentes nas reuniões abertas do coletivo, que atraem centenas de pessoas dispostas a colaborar e se juntar ao time.

O coletivo trabalha dentro da agitação e do desejo de participação social, o que se configura como um ponto fora da curva do jornalismo tradicional, que muitas vezes busca seguir os fatos de domínios privados. Em muitas das transmissões da Mídia Ninja, o espectador pode correr com as multidões e testemunhar as reações dos ninjas aos confrontos entre policiais e manifestantes, quase como se fosse um filme de ação em tempo real.

Para Maia (2016), a Mídia Ninja configura-se como mídia alternativa e mídia livre. A narrativa experimental do grupo se aproxima também ao que entendemos por jornalismo cidadão *online*. Na página no Facebook, eles se definem como propulsores dos "cidadãos multimídia":

> Somos a Mídia NINJA - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando. Apostamos na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos, característica da sociedade em rede, para realizar reportagens, documentários e investigações no Brasil e no mundo. Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa. A Internet mudou o jornalismo e nós fazemos parte dessa transformação. Vivemos uma cultura *peer-to-peer* (P2P), que permite a troca de informações diretas entre as pessoas, sem a presença dos velhos intermediários. Novas tecnologias e novas aplicações têm permitido o surgimento de novos espaços para trocas, nos quais as pessoas não só recebem, mas também produzem informações. Neste novo tempo, de redes conectadas às ruas, emergem os "cidadãos multimídia", com capacidade de construir sua

> opinião e compartilhá-la no ambiente virtual. Articulados, esses novos narradores fazem a Mídia NINJA (MÍDIA NINJA, 2017b, p. 01).

Um dos principais conceitos por trás do jornalismo cidadão é que os principais repórteres e produtores de mídia não são o centro exclusivo de conhecimento sobre um determinado assunto: o público conhece mais coletivamente do que o repórter sozinho (GLASER, 2006). Às vezes, o termo é usado de forma bastante ampla para incluir atividades como republicação, vinculação, marcação (rotulagem com palavras-chave), avaliação, modificação ou comentários sobre materiais de notícias postados por outros usuários ou por boletins de notícias profissionais, pelo qual os cidadãos participam do processo de notícias sem agir necessariamente como "criadores de conteúdo" (GOODE, 2009).

Em outras palavras, a definição de jornalismo cidadão não possui limites completamente estabelecidos (LASICA, 2003). É possível adotar uma definição relativamente estreita ou "estrita" de jornalismo cidadão ou uma definição mais ampla ou "mais frouxa". É verdade que quanto mais amplo é o alcance da definição, mais nebulosa e potencialmente pesada o termo "jornalismo cidadão" se torna. No entanto, também se pode argumentar que uma concepção mais restrita cria distinções artificiais dentro de uma rede complexa de práticas participativas

O conceito de mídia alternativa, apesar de ser bastante conhecido nos meios de comunicação tradicionais, teve seu crescimento impulsionado graças à web, reforçando o poder do cidadão e do jornalista no meio comunicacional. Woitowicz (2009, p. 13) relembra:

> Desde os pasquins que circulavam no Brasil Colônia, os jornais operários do fim do século XIX e a imprensa alternativa do período da ditadura militar, até o movimento de rádios e TVs comunitárias e as iniciativas recentes de uso da mídia (impressa, rádio, TV e *online*) nos movimentos e grupos sociais, a comunicação alternativa sempre participou ativamente de diversas lutas e contribuiu para o fortalecimento dos espaços de resistência, em meio ao processo de construção histórica.

Embora o jornalismo cidadão seja geralmente associado à internet, o mesmo não começa e termina *online*. Dado que o jornalismo cidadão é visto como um desafio à mídia corporativa, é tentador concebê-lo como um "movimento" com características intrinsecamente opostas.

Considerações finais

Com a tela *multiscreen* portátil, conectada e multifuncional, a mídia se reconfigura com novas possibilidades de fazer jornalismo. A mídia tradicional permanece em seus ambientes nativos, mas também está presente nas plataformas digitais, onde podem adicionar outros recursos, como áudio, vídeo, imagem e texto de forma integrada. Com a possibilidade de migração para diferentes canais e plataformas, os conteúdos criados nesses espaços foram adaptados e tornaram-se onipresentes. Essa ubiquidade estimulou a produção de conteúdos informativos - que nem sempre jornalísticos.

Podemos dizer que esse contexto facilitou a produção e divulgação de conteúdos fora da mídia hegemônica, sejam eles oriundos do jornalismo independente, alternativo ou cidadão. O jornalismo digital requer uma mentalidade inteiramente diferente, que reconheça a multiplicidade de novas opções disponíveis para os consumidores. Os consumidores certamente se beneficiaram - eles têm mais opções, entrega mais rápida de notícias e mais plataformas. Esses novos produtores de conteúdo alcançam impressionantes resultados, mas muitos deles esbarram em problemas de estabilidade financeira. Nesse quesito, a Mídia Ninja se sobressai por ter tido acesso a uma estrutura já existente do Circuito Fora do Eixo.

Além de ser fruto do mundo digital, a Mídia Ninja nasce e se populariza em um complexo contexto do mercado de trabalho jornalístico, do qual destacamos três principais aspectos:

1) Surgiu na atual fase da profissionalização do jornalismo no país, na qual não há exigência de diploma para atuação, mudança que pode ter desordenado algumas lógicas do mercado e na qual há muita indefinição sobre quem é jornalista ou não. Inclusive, o coletivo tem diversos colaboradores que apresar de produzirem conteúdo jornalístico, não são jornalistas por formação.

2) Em meio à crescente precarização da profissão de jornalista, cujas condições de trabalho são cada vez mais degradantes física e mentalmente.

3) Em meio às manifestações de 2013 e no entorno do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, visto por muitos como um golpe parlamentar (GERALDES et al., 2016), período marcado por perdas em termos de democracia e de liberdade de imprensa no

Brasil, situação na qual a mídia hegemônica teve bastante interferência e, como aponta o Relatório "Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil" com dados de 2016 da FENAJ (2017), houve uma espécie de lei do silêncio.

Para os jornalistas que atuam na Mídia Ninja, muitos deles empregados em empresas de mídia hegemônica, o trabalho voluntário realizado para o coletivo pode ser uma via de escape às linhas editoriais pré-determinadas nas empresas. De certa forma, na Mídia Ninja o trabalho jornalístico retoma alguns moldes do início da profissionalização da profissão no país: os comunicadores buscam, mesmo que sem remuneração, dar vozes às lutas políticas e sociais que são silenciadas pelo poder político-midiático hegemônico.

Assim, a Mídia Ninja pratica não só um jornalismo cidadão *online*, como propomos, mas também um jornalismo ativista, militante e capaz de romper o conformismo dos meios tradicionais usando plataformas *online*. Sobre os próximos passos da profissionalização do jornalismo no país, não podemos fazer previsões, mas sabemos que a atual fase terá reverberações definitivas nas próximas que virão.

Referências

BBC. **Brasil é 1º em mortes de jornalistas nas Américas, diz ONG**. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140212_jornalistas_brasil_df_dg>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BITTENCOURT, M. C. A narrativa Mídia Ninja sobre o impacto nos camponeses da indicação de Kátia Abreu ao Ministério da Agricultura. **Parágrafo**, v. 1, n. 3, 2015.

BRASIL ESCOLA. **Governos militares**. 2017. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/governos-militares.htm>. Acesso em: 7 jan. 2017.

CASTRO, A. **Teorias do Jornalismo, Universidade e Profissionalização:** Desenvolvimento Internacional e Impasses Brasileiros. Covilhã: BOCC, 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 65.912, de 19 de dezembro de 1969**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65912-19-dezembro-1969-407422-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 jan. 2017.

DIAS, R. Ora, sim; ora, não: o diploma de Jornalismo em várias fases do processo de profissionalização da atividade jornalística no Brasil. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 17, 2013.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, pp. 37-57, 2011.
DUARTE, J. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**: relatório 2016. Brasília: Fenaj, 2017.
FENAJ. **História do Conselho Federal dos Jornalistas.** 2017. Disponível em: <http://fenaj.org.br/historia-do-conselho-federal-dos-jornalis.tas>. Acesso em: 07 jan. 2017.
GERALDES, E.; RAMOS, T.; SILVA, J.; MACHADO, L.; NEGRINI, V. (Orgs.). **Mídia, misoginia e golpe**. Brasília: FAC Livros, 2016.
GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Atlas: São Paulo, 2008.
GLASER, M. **What is citizen journalism?** 2006. Disponível em: <http://mediashift.org/2006/09/your-guide-to-citizen-journalism270>. Acesso em: 9 jul. 2017.
GOODE, L. Social news, citizen journalism and democracy. **New Media and Society**, v. 11, n. 8, p. 1287-1305, 2009.
HIME, G. Na fundação da primeira escola de jornalismo do Brasil Cásper Líbero gera o conceito de jornalismo moderno. **PJ:BR**, n. 3, v. 1, 2004.
HOHLFELDT, A. Correio e Gazeta: comparações e influências. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, ano 5, n. 2, 2008.
LASICA, J.D. **What is Participatory Journalism?** Online Journalism Review. 2003. Disponível em: <http://www.ojr.org/ojr/workplace/1060217106.php>. Acesso em: 10 jul. 2017.
LOPES, F. **Ser jornalista no Brasil**: identidade profissional e formação acadêmica. São Paulo: Paulus, 2013.
MAIA, F. J. **Mídia à luz do desejo**: cartografias dos processos da mídia livre contemporânea brasileira (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.
MALINI, F.; CALMON, P.; MEDEIROS, J.; REIS, N.; ABOUDIB, L. Mapeamento do Mídia Ninja: uma análise sobre as coletividades emergentes territorializantes no Facebook. In: **Anais do VIII Simpósio Nacional da ABCiber**, São Paulo, 2014.
Martinez, M.; Persichetti, S. Mídia Ninja: a narrativa fotojornalística brasileira na era digital. **Líbero**, v. 18, n. 35, p. 55-64, 2015.
MELO, C.; COUTINHO, C. Um olhar à Lei de Imprensa: perspectiva histórica, social e constitucional da mídia e da Lei 5.250/67. **Revista do CAAP**, v. 1, n. 1, 2009.
MÍDIA NINJA. **Página Mídia Ninja no Facebook**. 2017b. Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MÍDIA NINJA. **Site Mídia Ninja**. 2017. Disponível em: <http://midianinja.org/>. Acesso em: 10 jul. 2017.
MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: LAGO, C; BENETTI, M. (org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, p.143-167, 2007.
MOURA, C. **O curso de Comunicação Social no Brasil**: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002.
OLIVEIRA, M. R. A profissionalização do jornalista via ensino: argumentos mobilizados em defesa da formação escolar específica. In: **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Curitiba, 2009.
OTHON, R.; BOLSHAW, M. A Mídia Ninja e o Incentivo ao Jornalismo Cidadão no Cenário das Manifestações Sociais Brasileiras. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Foz do Iguaçu, 2014.
PETRARCA, F. Jornalismo no Brasil: a gênese de uma profissão. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Belo Horizonte, 2005.
PETRARCA, F. Construção do estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil. **Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 81-94, 2010.
SENADO. **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2014**. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/116763>. Acesso em: 8 jan. 2017.
RENÓ, D. P. Jornalismo transmídia: uma realidade. In: Squirra, S.C.M. (Org.). **Cibercoms**: tecnologias ubíquas, mídias pervasivas. Porto Alegre: Editora Buqui, 2012.
SILVEIRA, J. R. **O jornalista na comunicação das organizações**: cultura profissional e autopercepção (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, 2010.
VIEIRA, T. Mídia Ninja entre a tecnologia, a política e a prática profissional. **Razón y Palabra**, n. 85, 2014.
WALTZ, I. Mídia Ninja e o ethos profissional dos jornalistas: a ascensão da mídia livre sob a ótica da redação dos veículos de massa. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, São Paulo, 2016.
WOITOWICZ, K. **Recortes da mídia alternativa**: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2009.

•••